

PRÁTICA PEDAGÓGICA DOS PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA NO PROCESSO DE INCLUSÃO ESCOLAR

PRACTICAL PEDAGOGICAL OF PROFESSORS OF PHYSICAL EDUCATION IN THE PROCESS OF TO SCHOOL INCLUSION

Ítalo José Alves Ribeiro *
Luciane Sanchotene Etchepare Daronco**

RESUMO

Verificou-se através deste estudo a prática pedagógica dos professores de Educação Física Escolar e a opinião dos Coordenadores Pedagógicos em relação à inclusão de alunos com necessidades educativas especiais no ensino regular do Município de Santa Maria, RS. A pesquisa caracterizou-se como diagnóstica exploratória, com intenção de investigar a prática pedagógica dos Professores e sua relação com a inclusão nas aulas de Educação Física. Participaram do estudo seis professores e seis coordenadores pedagógicos, todos de escolas municipais. Os resultados apontaram que a inclusão de crianças com necessidades educativas especiais no ensino regular é positivo. Contudo, é necessário investir na atualização e na formação continuada dos professores que trabalham com inclusão em suas aulas.

Palavras-Chave: Inclusão, Educação Física Escolar.

ABSTRACT

Was verified through this study practises it pedagogical of the professors of Pertaining to school Physical Education and the opinion of the Pedagogical Coordinators in relation to the inclusion of pupils with educative necessities special in the regular education of the City of Saint Maria, RS. The research was characterized as disgnostic exploratória, with intention to investigate practises it pedagogical of the Professors and its relation with the inclusion in the lessons of Physical Education. Six pedagogical professors and six coordinators, all of municipal schools had participated of the study. The results had pointed that the inclusion of children with educative necessities special in regular education is positive. However, it is necessary to invest in the update and the continued formation of the professors who work with inclusion in its lessons

Word-Key: Inclusion, Pertaining to school Physical Education

Ítalo José Alves Ribeiro. Universidade Federal de Santa Maria-UFSM, Especialista em Educação Física Escolar, Rua Benjamin Constant 1365 AP 302-Centro. Santa Maria – Rio Grande do Sul. E-mail: iribeiro@sesc-rs.com.br

INTRODUÇÃO

A inclusão, como processo social, vem acontecendo em todo o mundo, efetivando-se a partir da década de 50. Seu reconhecimento decisivo aconteceu em 1994, com a *Declaração de Salamanca*, momento em que se adota internacionalmente o termo *Educação Inclusiva*. Proclama-se que os sistemas educativos devem desenvolver programas que respondam à variedade do alunado, fazendo um esforço especial no caso de crianças e jovens marginalizados, desfavorecidos e excluídos. (UNESCO, 1994)

Contudo as concepções de inclusão que surgiram pouco se importaram com as ações didático-pedagógicas e integrativas; sendo a implementação das classes especiais dentro do ensino básico a maneira mais condizente para atender o aluno com necessidade especial na escola. Segundo Aguiar (2004), uma importante mudança ocorreu, provocada pela Lei nº 9.393, de 20 de dezembro de 1996, onde as instituições sócio-educativas deveriam incluir preferencialmente pessoas com necessidades educativas especiais no ensino regular, com total integração de classes e de turmas. Para melhor esclarecer, neste estudo, definiu-se como classe regular, aquela onde estão alunos considerados “normais” inserindo-se aos alunos com necessidades educativas especiais.

No entanto, as ações inclusivas, muitas vezes, são meramente ilustrativas e burocráticas, deixando a prática dos professores, sem suporte teórico que possa realmente contribuir para uma mudança na educação nacional. A grande polêmica está centrada na questão de como promover a inclusão na escola de forma responsável e competente. Para Krug (2002) o paradigma da escola inclusiva pressupõe, conceitualmente, uma educação apropriada e de qualidade dada conjuntamente para todos os alunos considerados dentro dos padrões de normalidade ou com alguma característica de necessidade educativa especial, nas classes do ensino regular. Considera-se então ensino inclusivo a prática da inclusão de todos, independente de seu talento, de sua diferença sensorial, física ou cognitiva, de sua origem sócio-econômica, étnica ou cultural.

* Especialista em Educação Física Escolar pela Universidade Federal de Santa Maria, Rs.

** Doutora em Ciência do Movimento Humano e Docente da Universidade Federal de Santa Maria, Rs.

Apesar de alguns modelos teóricos (NOGUEIRA, 2000; AVIZ, 1998; SILVA, 1996) mostrarem em seus estudos que as aulas de Educação Física, da maneira que estão sendo ministradas não contribuirão significativamente para a integração e interação do aluno com deficiência na classe regular, notou-se que as escolas de ensino regular do município de Santa Maria, estão se adaptando a essa realidade, mas será que os professores estão preparados? E o que eles pensam sobre inclusão? Sabe-se que a Educação Física em suas diversas áreas de atuação ainda, muitas vezes, trata o corpo a partir de parâmetros da técnica, da racionalidade, da fragmentação e da aparência estética, acredita-se desta forma que a prática de atividades físicas não é para todos.

Buscou-se assim investigar a prática pedagógica dos professores de Educação Física e a concepção dos Coordenadores Pedagógicos em relação à inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais no ensino regular do Município de Santa Maria, para que a partir dos relatos obtidos, possamos pensar diferentes possibilidades de estruturar uma aula de Educação Física onde todos tenham as mesmas condições, respeitando as diferenças, ritmos e limitações de cada educando.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa proposta caracterizou-se como diagnóstica-exploratória, com intenção de investigar a prática pedagógica de professores de Educação Física e opinião dos Coordenadores Pedagógicos das escolas municipais do ensino regular de Santa Maria, acerca da inclusão.

A população desse estudo constituiu-se por 6 (seis) escolas municipais selecionadas de forma intencional. Participaram da investigação 6 (seis) Professores de Educação do ensino fundamental e 6 (seis) Coordenadores Pedagógicos.

Utilizou-se uma entrevista do tipo semi-estruturada, tendo como roteiro um questionário composto por 6 (seis) questões fechadas e 3 (três) abertas para os Professores de Educação Física Escolar, onde caracterizou-se idade, o gênero, formação inicial, área de pós-graduação e conhecimentos sobre inclusão, e uma entrevista do tipo semi-estruturada tendo como roteiro um questionário com 1 (uma) questão fechada e 2 (duas) abertas para Coordenadores Pedagógicos, onde observou-se processo de admissão dos alunos na escola, apoio especializado, acessibilidade, posição da escola em relação a inclusão. Gravou-se as entrevistas em fita cassete e posteriormente transcritas para análise dos dados.

3. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Este capítulo traz a apresentação e discussão dos resultados obtidos neste estudo, para melhor entendimento a análise dos dados foi dividida em Sub-capítulos: O primeiro grupo amostral apresenta e discute as entrevistas realizadas com Professores de Educação Física. O segundo grupo amostral apresenta e discute entrevistas realizadas com os Coordenadores Pedagógicos das escolas que fizeram parte deste estudo.

Professores

Apesar do número de professores do sexo masculino na realidade escolar, pôde-se observar, que no tocante aos 6 (seis) professores de Educação Física que fizeram parte deste estudo, os números apresentam que a população investigada em sua totalidade é composta por mulheres. A média geral de idade dos professores investigados é de 38 (trinta e oito anos), no que se refere ao percurso do profissional de Educação Física, pôde-se observar que os professores possuem em média 14 (quatorze anos) de experiência profissional, sendo que 33% possuem entre 5 (cinco) e 10 (dez) anos de experiência frente ao aluno e 66% atuam a mais de 10 (dez) anos com Educação Física. No que se refere ao nível de formação dos professores, verificou-se que 100% da população investigada possui sua graduação na área da licenciatura em Educação Física, em relação ao processo de formação continuada, verificou-se que 3 (três) professores, ou seja, 50% possuem especialização, dos quais 2 (dois) especializaram-se na área do treinamento e apenas 1 (um) especializou-se na área da educação.

Demonstra-se através dos resultados encontrados que a participação de alunos com algum tipo de necessidade educativa especial nas aulas de Educação Física do ensino regular em Santa Maria é uma realidade e deve ser reavaliada, os professores investigados demonstram dificuldade ao promover a inclusão em suas aulas. Conforme tabelas:

Tabela 01 – Possui algum aluno com deficiência educativa especial nas aulas de Educação Física

Questão 01	Frequência da Resposta	N
Sim	100%	6
Não	-	-

Qual tipo de deficiência?	Frequência da Resposta	N
Física	100%	6
Intelectual	50%	3
Auditiva	33,%	2
Visual	16%	1
Outras	-	-

A tabela 01 mostra que 100% dos professores entrevistados diz possuir um ou mais alunos com deficiência educativa especial freqüentando as aulas de Educação Física. A tabela aponta também que 100% da amostra entrevistada diz possuir um ou mais alunos com deficiência física em suas aulas, 50% possui alunos com deficiência intelectual, 33% diz possuir alunos com deficiência auditiva e 16% da amostra diz possuir um ou mais alunos com deficiência visual freqüentando as aulas de Educação Física. Segundo Aviz (1998) apesar da importância que a Educação Física pode significar para o aluno com deficiência, para sua auto-estima, melhoria de sua auto-imagem, independência, integração com outras pessoas, existem certas limitações, quanto à variedade de deficiências apresentadas, que a escola deve envolver outros profissionais como parceiros.

Tabela 02 – Possui conhecimentos específicos sobre Educação Especial ou Educação Física Adaptada

Questão 02	Frequência da Resposta	N
Sim	33%	2
Não	66%	4

Onde obteve?	Frequência da Resposta	N
Graduação	33%	2
Cursos de Extensão		-
Palestras/Seminários	33%	2
Curso de Especialização		-
Mestrado		-
Doutorado		-
Leituras Independentes	33%	2
Outros		-

Pode-se observar através da tabela 02 que 66% dos professores entrevistados, diz não possuir conhecimentos específicos sobre Educação Física Adaptada ou Educação Física Especial, apesar da Lei n° 9.394/96 estabelecer que o atendimento educacional a pessoas com necessidades educativas especiais, deva ser realizado preferencialmente na rede regular de ensino e oferecer aporte formativo e estrutural aos docentes.

Por outro lado apenas 33% da amostra entrevistada respondeu que possui conhecimentos específicos sobre Educação Física Adaptada e ou Educação Especial, conhecimentos adquiridos nos cursos de graduação, palestras e seminários promovidos pelo município e através de leituras independentes.

Tabela 03 – Possui conhecimentos suficientes para incluir um aluno com deficiência em suas aulas

Formação Acadêmica	Frequência da Resposta	N
Sim	16%	1
Não	84%	5

Em caso afirmativo o que você prioriza para incluir esse aluno?

- **Estrutura e materiais;**
- **Respeito as diferenças;**
- **Respeito as Limitações;**
- **Ser facilitador;**
- **Trabalhos em pequenos grupos;**
- **Evitar competição.**

Verifica-se através da tabela 03 que a grande maioria da amostra entrevistada, diz não possuir conhecimentos suficientes para incluir um aluno com algum tipo de deficiência em sua aula, pois segundo eles, a falta de embasamento teórico, o grande número de alunos, a falta de estrutura e materiais e a cultura esportivista, são entraves para o sucesso no processo de inclusão. Por outro lado, 16% da amostra entrevistada diz possuir conhecimentos para incluir em suas aulas pessoas com algum tipo de deficiência educativa especial, para que isso ocorra elas sugerem: “*aporte estrutural e de material, respeito as diferenças e aos limites de cada aluno, atuar como facilitador, trabalhar em pequenos grupos e evitar competições*”. Os resultados explicitados nesta tabela nos fazem refletir sobre a formação inicial dos professores, onde segundo Conceição (2004) atividades de rendimento que nortearam a Educação Física por algum tempo, foram de extrema importância para a formação dos professores atuais. Com isto, o esporte de rendimento continua a dominar em alguns casos a pratica dos professores de Educação Física Escolar nos dias atuais. (GARCIA, 1999)

Tabela 04 - A participação do aluno com deficiência em aulas de Educação Física auxilia sua inclusão na comunidade escolar e na sociedade

	Frequência da Resposta	N
Sim	100%	6
Não	-	-

Em caso afirmativo de que maneira?

- **Socializando com outras crianças;**
 - **Oportunizando novos conhecimentos;**
 - **Aprendendo que nem todo mundo é igual, mas que todos merecem respeito, carinho e amizade;**
 - **Vivenciando e desenvolvendo novas práticas corporais;**
 - **Menos preconceito.**
-

A tabela 04 demonstra a opinião dos entrevistados em relação a importância da participação do aluno com algum tipo de deficiência nas aulas de Educação Física e sua influência como fator de inclusão na sociedade e comunidade escolar. Observa-se que 100% da amostra entrevistada afirmam que a participação deste aluno nas aulas de Educação Física facilita o processo de inclusão na sociedade e comunidade escolar a qual esta inserido. Segundo eles, isto ocorre da seguinte maneira: *“a criança socializa-se com outras crianças, a educação física oportuniza novos conhecimentos, as crianças ditas normais aprendem que nem todo mundo é igual, mas que todos merecem respeito, carinho e amizade, vivenciando novas práticas corporais e diminuindo o preconceito”*.

Para Aviz (1998) a participação do aluno com algum tipo de deficiência nas aulas de Educação Física influencia no seu processo de inclusão, pois a atividade física pode significar a este aluno uma experiência enriquecedora com seu próprio corpo, além de uma possibilidade de testar suas habilidades, prevenir-se contra deficiências secundárias e integrar-se consigo mesmo e com a sociedade.

Questão 01 – O que você entende por inclusão no ensino regular?

De acordo com a amostra entrevistada, 100% afirmam ser necessário e importante para o processo de inclusão na escola e na sociedade a participação de todos nas aulas de Educação Física conforme observado na tabela 04, ao responderem a questão 01 a amostra entrevistada comenta que inclusão no ensino regular é: *“Procurar dar as mesmas oportunidades e condições para todos, respeitando as diferenças ritmos e limitações de cada educando”* outros afirmam *“São aquelas crianças que possuem alguma deficiência e que precisam e podem conviver com outras crianças não somente para o bem delas mas para de todas”*, percebe-se que cada entrevistado possui um determinado entendimento sobre inclusão, mas todos afirmam a importância do convívio destas crianças na escola regular. Para que se possa fazer uma análise das vantagens e desvantagens da inclusão de pessoas portadoras de necessidades educativas especiais na classe regular de ensino, Krug (2002) afirma necessário que parâmetros sejam avaliados, como por exemplo, suas habilidades funcionais, tipo de deficiência, severidade da deficiência e níveis de atividade. Tolocka e De Marco (1998) apontaram o aumento da chance de desenvolvimento de habilidades sociais, quando existe interação social, demonstram que o desenvolvimento motor pode ser adquirido em escolas regulares tanto quanto em escolas especiais.

Questão 02 – Em sua opinião, quais são os requisitos necessários para um professor de Educação Física poder incluir um aluno com deficiência em suas aulas?

A questão 02 expressa a opinião dos professores entrevistados em relação aos requisitos para a inclusão de alunos com algum tipo de deficiência nas aulas de educação física. Conforme observado na tabela 02 apenas 33% possuem conhecimentos sobre educação especial ou educação física adaptada, adquiridos em palestras, seminários, leituras independentes e na graduação, ainda assim todos afirmam, ao responderem esta questão que os requisitos necessários são: *“Disponibilidade, interesse, atitude, buscar através de cursos, pesquisas e leituras o conhecimento necessário para fundamentar o desenvolvimento de um bom trabalho com esses alunos inclusos”* outros afirmam que *“É necessário um maior interesse por parte dos professores, mas principalmente mais apoio pedagógico por parte dos órgãos competentes, através da realização de oficinas de reciclagem, cursos de atualização e palestras específicas”*.

Coordenadores Pedagógicos

Buscou-se analisar alguns procedimentos adotados pela escola e sua posição em relação ao tema inclusão.

Questão 01 – Como é feita a admissão dos alunos na escola?

Conforme questão 01, todos os entrevistados afirmam que a admissão dos alunos é feita pelo “*Banco de Matrículas*” realizado pelo município de Santa Maria, onde as crianças em idade escolar obrigatória (6 a 14 anos) são encaminhadas a escolas próximas ao local onde residem ou a escolas com maior número de vagas. Esta lei Municipal tem como base o ECA - Estatuto da Criança e Adolescente que em seu capítulo IV art. 53 fala que “*toda criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa...assegurando-lhes acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência*”; segundo o art. 54 “*é dever do estado garantir atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino*”.

Questão 1.1 – Em caso do aluno possuir algum tipo de deficiência?

Segundo os entrevistados, teoricamente, todas as escolas devem estar aptas a receber alunos com necessidades educativas especiais, conforme o ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente, mas nenhuma das escolas entrevistada apresentou uma proposta pedagógica inclusiva. Ainda assim, todos os entrevistados dizem adaptar mediante o tipo de necessidade o seu projeto pedagógico.

Tabela 01 – Existe apoio especializado na escola, em caso afirmativo como ele é feito

	Frequência da Resposta	N
Sim	66%	4
Não	33%	2

Observa-se através da tabela 01 que 66% das escolas visitadas possui apoio especializado dentro da escola, através da presença de uma educadora especial, a jornada de trabalho realizada por estes educadores é de 20 horas semanais, dividindo-se

em 2 turnos manhã e tarde, segundo os coordenadores entrevistados, estes educadores atendem alunos com problemas de aprendizagem e alunos com algum tipo de deficiência. Por outro lado, 33% responderam que na sua escola não existe a presença de um educador especial, mas que, quando necessário e dependendo do tipo de deficiência, a escola é atendida por um profissional especializado, no caso, um educador especial. Para Garcia (1999) é extremamente importante o trabalho integrado entre professor especializado em Educação Especial e o professor de classe para o apoio a turma e ao aluno com deficiência, e para um avanço pedagógico nas diferentes áreas.

Questão 02 – Qual a posição da escola em relação a inclusão?

Segundo os Coordenadores Pedagógicos entrevistados, as escolas estão buscando adequar-se a essa realidade, com apoio da secretaria municipal de educação de Santa Maria. Das 6 escolas entrevistadas 50% delas realiza reunião de formação mensal para discutir sobre o assunto da inclusão e refletir sobre dificuldades encontradas no dia-a-dia em sala de aula. Mas todas afirmam que a escola regular é o principal caminho para se garantir a socialização e a inclusão de todos, indiferente de raça, cor, sexo e aptidão física ou cognitiva. Segundo Conceição (2004) o Ministério da Educação e do Desporto está empenhado em ampliar a oferta de Educação às pessoas com deficiência, trabalhando em parceria com os municípios, e isto pode-se perceber neste estudo.

Porém, apesar dos grandes avanços e da atuação do Ministério da Educação e do Desporto no sentido de promover a inclusão, ainda estamos longe de chegar efetivamente a uma escola de qualidade para todos. Segundo Krug (2002) o objetivo do Ministério é garantir um ensino de qualidade para absolutamente todos: deficientes, pobres, negros, índios, ninguém deve ser excluído.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisarmos os resultados apresentados neste estudo, podemos destacar que a inclusão de pessoas com necessidades educativas especiais na escola e conseqüentemente na Educação Física Escolar é benéfica, tanto para a criança com deficiência que tem, nesta, uma grande oportunidade de convívio e crescimento pessoal, quanto para o que não possui deficiência, pois desta forma, a troca de experiências mostra que nem todo mundo é igual e que tais pessoas, mesmo diferentes, merecem respeito, carinho e amizade. Destaca-se a participação do professor ao verificarmos sua ação pedagógica em relação a inclusão, considerando sua importância e expectativas para construção de uma Educação Física Inclusiva.

Contudo, percebe-se através da apresentação dos resultados obtidos neste estudo, que a maioria dos professores entrevistados diz não possuir conhecimentos suficientes para incluir o aluno com deficiência em suas aulas, ainda segundo os professores, muitos atuam a mais de 10 anos na área escolar e todos possuem alunos com algum tipo de deficiência em sala de aula, desta forma, fica clara a necessidade de uma formação continuada, capacitações e reflexões.

No entanto, a inclusão escolar não é um processo rápido, tampouco automático, é um desafio a ser enfrentado, e percebemos através das entrevistas realizadas com os coordenadores pedagógicos, que existe um inegável esforço por parte das escolas e da Secretaria Municipal de Educação de Santa Maria na realização de cursos de atualização, da presença de educadores especiais e na busca pela adaptação da proposta pedagógica destas escolas. Apesar das dificuldades encontradas, percebe-se que os Professores de Educação Física e Coordenadores Pedagógicos que fizeram parte deste estudo, acreditam que a escola regular é o principal caminho para se garantir a socialização e a inclusão de todos, indiferente de raça, cor, sexo, aptidão física ou cognitiva. Desta forma, sugere-se que a Secretária Municipal de Educação, continua investindo na formação continuada dos professores, mas de forma específica a inclusão, através de capacitações, palestras, fóruns e cursos relacionadas a este tema, espera-se uma maior participação das Universidades junto as escolas do município, onde a troca de conhecimentos é fundamental para a melhoria do ensino de ambas as partes.

Portanto, destacamos ao concluir este estudo que o processo de inclusão é de responsabilidade de todos, não somente dos professores, mas da escola, da comunidade escolar e principalmente dos órgãos competentes que devem sentir-se responsáveis e

comprometidos para facilitar a integração da melhor maneira possível nas escolas de ensino regular no Município de Santa Maria, Rs.

5. REFERÊNCIAS

ALVES, A. J. **O corpo e as palavras**; In: BRUHNS, H. T. (org.) **Conversando sobre o corpo**. Campinas: Papiro, 1996.p. 17-42

AVIZ, C.C. **A criança portadora de necessidades educativas especiais e sua inclusão no ensino regular nas aulas de Educação Física**. Brasília: Faculdade de Educação Física/Universidade de Brasília, 1998. Monografia de Especialização.

CONCEIÇÃO, V.J.S. **Educação Física Inclusiva: Uma visão reflexiva do cotidiano escolar**. PPGCMH/UFSM. Monografia de Especialização – Santa Maria, 2004.

Declaração de Salamanca e Enquadramento da Ação na Área das Necessidades educativas Especiais. Salamanca/Espanha, UNESCO, 1994.

ECA – **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei Federal 8.069/1990 – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

GARCIA, Carlos M. A. A formação de Professores: Novas perspectivas baseadas na investigação sobre o pensamento do professor. In: Nóvoa, Antonio (coord). **Os Professores e a sua formação: Para uma mudança educativa**. Porto: Porto, 1999.

MARQUES, L. P. **O professor de alunos com deficiência mental: Concepções e práticas pedagógicas**. São Paulo: UFJF, 2001.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Adaptações Curriculares, Estratégias para a Educação de Alunos com Necessidades Educacionais**. Brasília, MEC/SEFSEESP, 1998.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO. **Diretrizes Nacionais de Educação Especial na Educação Básica**. Brasília, MEC/SEFSEESP, 2001.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO. **Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei N° 8.069/1990**. Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. Santa Maria/RS, 2002

TOLOCKA, R.E e DE MARCO, A. Inclusão de pessoas portadoras de necessidades especiais na Educação Física escolar: Um estudo de caso. In: **XIV Jornada Acadêmica Integrada da UFSM**. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, 1999. p. 1198

VAYER, P. **Integração da criança deficiente na classe regular**. Editora Manole: 1999, São Paulo.

KRUG, H. N. Cadernos de ensino pesquisa e extensão: Centro de educação/UFSM. **Educação física escolar: Temas polêmicos**. Nº 53/2002-1 lapedoc – Santa Maria/Rs.